



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

ÓRGÃO SOLICITANTE: Presidência da Câmara Municipal de João Dourado/BA

UNIDADE REQUISITANTE: Câmara Municipal de João Dourado/BA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLTRONAS EM MADEIRA MACIÇA, REVESTIDAS EM CORINO ECOLÓGICO, PARA O AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA.

2. INTRODUÇÃO (Art. 6º, XXIII, “A” e “I” da Lei n. 14.133/2021):

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade fundamentar a aquisição de poltronas em madeira maciça, revestidas em couro ecológico, para o auditório da Câmara Municipal de João Dourado/BA, atendendo aos dispositivos legais do art. 6º, XXIII, “A” e “I” da Lei nº 14.133/2021, garantindo eficiência, economicidade e atendimento às necessidades do órgão solicitante.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 7º, Inc. I da IN 40/2020 e Art. 18, § 1º, Inc. I da Lei nº 14.133/2021):

A Câmara Municipal de João Dourado/BA necessita renovar e padronizar o mobiliário do auditório, proporcionando conforto, durabilidade e melhor acomodação dos participantes em sessões, eventos e atividades institucionais. A aquisição das poltronas em madeira maciça, revestidas em couro ecológico, atende aos critérios de resistência, estética e funcionalidade, observando as recomendações do art. 7º, Inc. I da IN 40/2020 e art. 18, § 1º, Inc. I da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- a) **Estrutura:** Poltronas em madeira maciça Grandis Rosa, com espessura de 3,2 cm;
- b) **Assento:** Fixo, padrão, com largura de 46 cm e profundidade de 43 cm;
- c) **Braço:** Compartilhado;
- d) **Revestimento:** Tecido courino, de preferência na cor definida pela Câmara Municipal;
- e) **Acabamento:** Sem parafusos aparentes nas laterais;
- f) **Garantia:** Madeira: 05 anos contra rachaduras e empenamento;
- g) **Fabricação/defeitos gerais:** mínimo de 12 meses;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

- h) **Entrega e instalação:** No auditório da Câmara Municipal de João Dourado/BA, incluindo montagem completa e descarte das embalagens;
- i) **Critério de escolha do fornecedor:** Melhor relação custo-benefício, atendimento às especificações técnicas e prazo de entrega.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação será realizada por meio de **Pregão**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 7º, Inc. II da IN 40/2020 e Art. 18, § 1º, Inc. III da Lei nº 14.133/2021).

A escolha das poltronas em madeira maciça Grandis Rosa com assento fixo e braço compartilhado visa garantir durabilidade, conforto, padronização estética e funcionalidade para as sessões, eventos e atividades institucionais do auditório. O revestimento em corino ecológico foi definido por ser resistente, de fácil manutenção e adequado à finalidade do mobiliário público, atendendo aos critérios de eficiência, economicidade e segurança.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a partir de pesquisa de preços pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que o objeto se refere a um conjunto de mobiliário padronizado e interdependente, cuja aquisição isolada de partes comprometeria a uniformidade estética, a durabilidade e a funcionalidade do auditório, não é recomendável o parcelamento da contratação.

A aquisição integral das poltronas garante a compatibilidade técnica, a padronização visual e a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes previstas neste processo.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Essa contratação está alinhada com o planejamento institucional da Câmara Municipal.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

12. RESULTADOS PRETENDIDOS:

A realização do presente Pregão Eletrônico visa atender de forma eficiente às necessidades do auditório da Câmara Municipal de João Dourado/BA, garantindo o fornecimento das poltronas em conformidade com as especificações técnicas, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao princípio da economicidade. Pretende-se ampliar a competitividade entre fornecedores, por meio da ampla participação proporcionada pela forma eletrônica do certame, garantindo maior transparência e segurança jurídica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Busca-se, ainda, promover celeridade no processo de aquisição, assegurando produtos de qualidade compatível com a finalidade pública e o uso eficiente dos recursos da Administração. A realização do presente Pregão Eletrônico visa atender de forma eficiente às necessidades do auditório da Câmara Municipal de João Dourado/BA, garantindo o fornecimento das poltronas em conformidade com as especificações técnicas, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao princípio da economicidade. Pretende-se ampliar a competitividade entre fornecedores, por meio da ampla participação proporcionada pela forma eletrônica do certame, garantindo maior transparência e segurança jurídica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Busca-se, ainda, promover celeridade no processo de aquisição, assegurando produtos de qualidade compatível com a finalidade pública e o uso eficiente dos recursos da Administração.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar, será iniciada a contratação do interessado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante pregão eletrônico.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Declara-se que, após análise técnica, econômica e operacional, a contratação é viável e necessária, atendendo aos requisitos legais, aos princípios da Administração Pública e ao interesse público, com expectativa de plena eficácia na solução da demanda apresentada.

16. RESPONSÁVEL GERAL:

João Dourado, agosto de 2025

Viviane Vasconcelos Castro
Presidente



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLTRONAS EM MADEIRA MACIÇA, REVESTIDAS EM CORINO ECOLÓGICO, PARA O AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA:

A aquisição das poltronas se faz necessária para renovar e padronizar o mobiliário do auditório da Câmara Municipal de João Dourado/BA, oferecendo conforto, durabilidade e adequada acomodação aos participantes de sessões, eventos e atividades institucionais. O uso de madeira maciça com revestimento em corino ecológico garante resistência, estética e facilidade de manutenção, atendendo aos critérios de eficiência, economicidade e segurança previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

O objeto compreende o fornecimento de poltronas com as seguintes especificações:

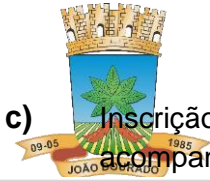
1. **Estrutura:** Madeira maciça Grandis Rosa, espessura mínima de 3,2 cm;
2. **Assento:** Fixo, largura de 46 cm e profundidade de 43 cm;
3. **Braço:** Compartilhado;
4. **Revestimento:** Courino ecológico, cor a ser definida pela Câmara Municipal;
5. **Acabamento:** Sem parafusos aparentes nas laterais;
6. **Garantia:** Madeira – mínimo de 05 anos contra rachaduras e empenamento;
7. **Defeitos de fabricação em geral:** mínimo de 12 meses;
8. **Entrega e instalação:** No auditório da Câmara Municipal, incluindo montagem completa e descarte das embalagens;
9. **Critério de escolha do fornecedor:** Melhor relação custo-benefício, atendimento às especificações técnicas e prazo de entrega.

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação o licitante **DEVERÁ** apresentar, para **todos** os itens/lotas:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

- c) Inscrição do Cat. 06.405.850/0001-30 - caso - de sociedade civil, acompanhada de prova de que não está em exercício, readoresjd@gmail.com
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL:

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;
- g) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- h) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943](#) (CNDT).

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica da Empresa Contratada:

- b) Atestado de capacidade técnica.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

prazo de cinco anos, aplicadas as responsabilidades pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21. 13.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

6.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

6.2. Atividade exercida de modo sistemático pela contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste Termo, bem como a gestão do seu cumprimento, a Câmara Municipal através do titular da pasta e dos servidores:

Nome do Gestor/Fiscal de Contrato: Malone Souza Ramos, portaria nº 06 de 03 de janeiro de 2022.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput); A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o município convocará o representante da empresa contratada para que seja feita a emissão da nota fiscal eletrônica, referente ao material adquirido.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

7.7 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

8.2 Indenizar o município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da entrega ou da prestação de serviços, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

8.3 Cumprir fielmente as exigências deste Termo de Referência.

8.4 Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/21.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 Notificar a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade encontrada na efetiva prestação dos serviços, fixando prazo para corrigi-la;

9.2 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas;

9.3 Fiscalizar a prestação dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

9.4 Rejeitar todo e qualquer produto/serviço em desconformidade com as especificações deste termo de referência;

9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor designado por este, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência do contrato, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência.

9.6 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento decorrente da prestação de serviços dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, CRF/FGTS e CNDT vigentes.

10.2 Os pagamentos à **CONTRATADA** somente serão realizados mediante a efetiva entrega/prestação de serviços dos serviços nas condições estabelecidas, que será



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

comprovado por meio de Termo de Recebimento, Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;- e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

10.4 O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à **CONTRATADA** para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

10.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da **CONTRATADA**, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeiro ou paralisação da execução do objeto deste Termo.

10.6 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da **CONTRATADA**.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

João Dourado, agosto de 2025

Viviane Vasconcelos Castro
Presidente